

AUTENTICAÇÃO conforme com o original e impresso - Valido somente no meio digital. Dbr 14

1) Bruno da Camara Barreto Maciel - Substituto
1) Anderson Chysson Soares de Lima - Escrivão Autorizado
1) Cleber Patrício da Silva - Escrivão Autorizado
1) Liberalia Gomes de Lima - Escrivão Autorizado
Mecle 04/06/2021 Empl. R\$ 2,25 (R\$ 10,00) R\$ 0,00
TSN: 20% R\$ 0,73 - FERN: 1% R\$ 0,04 - FAS: 10,27%
R\$ 0,07 - ISS (5%) R\$ 0,19 - TOTAL R\$ 2,26 - Selo Digital
nº 2014005 FM05202102 00766 Confirma a autenticidade em
www.ipeitos.br/selodigital



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ 21.179.250/0001-00, presta serviços terceirizados nos gabinetes médico e odontológico do Ministério Público da Paraíba, através do Contrato nº 14/2018, datado de 19 de junho de 2018, objeto do Pregão Presencial nº 001/2018, com o fornecimento inicial de mão de obra de **2 (dois) auxiliares de Saúde Bucal e 1 (um) Técnico em Enfermagem**, passando para **03 (três) auxiliares de Saúde Bucal**, a partir de 30 de julho de 2020, não existindo em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

João Pessoa, 17 de março de 2021

Danielle Albino Rafael Matos

Gabinete Médico

Dra. Danielle Albino R. Matos
MÉDICA
CRMJ 5249 PB

Sabrina Sales Linz de Albuquerque

Gabinete Odontológico

Ministério Público
Dra. Sabrina S. L. Albuquerque
CRO-PB 3175 Matr. 701.463-6

50170 - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR 5º OFÍCIO DE NOTAS - 2º TABELIONATO DE PROTESTOS
Rua Maria Angélica Sousa Cavalcanti - Taboão
JOÃO PESSOA - PB 1. FONE: (81) 3015-6000

RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº 2021-004875
Reconhecida por semelhança a firma de:

DANIELLE ALBINO-RAFAEL MATOS*****
Dau. F8, de testemunha de verdade: João Pessoa - PB, 17/03/2021 10:07:14
ENCL. R\$18,47 FEPJ - R\$2,00 PARFEN - R\$0,11 ISS - R\$0,04
SELO DIGITAL: ALE79982-PKPB
Confira a autenticidade em <http://reafidigital.com.br>

DARIO DOS SANTOS LIMA - ESCRIVÃO

Dario dos Santos Lima
SELO
50170
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR

50170 - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR 5º OFÍCIO DE NOTAS - 2º TABELIONATO DE PROTESTOS
Rua Maria Angélica Sousa Cavalcanti - Taboão
JOÃO PESSOA - PB 1. FONE: (81) 3015-6000

RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº 2021-004876
Reconhecida por semelhança a firma de:

SABRINA SALES LINZ DE ALBUQUERQUE*****
Dau. F8, de testemunha de verdade: João Pessoa - PB, 17/03/2021 10:07:14
ENCL. R\$18,47 FEPJ - R\$2,00 PARFEN - R\$0,11 ISS - R\$0,04
SELO DIGITAL: ALE79983-YI16
Confira a autenticidade em <http://reafidigital.com.br>

DARIO DOS SANTOS LIMA - ESCRIVÃO

Dario dos Santos Lima
SELO
50170
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado - Válido somente com
selo digital. Doc 16

[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021. Emissão: R\$ 27,00 PERC(10%): R\$ 0,40 -
TSNR(20%) R\$ 0,73 - FERRA(1%) R\$ 0,04 - FUNSEQ(2%)
R\$ 0,07 - ISS(5%) R\$ 0,18 - TOTAL: R\$ 28,34. Selo Digital
nº 0074005 FEC0502102-22419 Consta Autenticada
em: www.tpe.pe.br/selodigital



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



CONTRATO Nº 014/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA E A
EMPRESA SHALON SERVIÇOS DE
CONSERVAÇÃO EIRELI-ME, INSCRITA NO
CNPJ Nº 21.179.250/0001-00, NA FORMA
ABAIXO:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – PGJ**, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.284.001/0001-80, com sede em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. FRANCISCO SERÁPHICO FERRAZ DA NÓBREGA FILHO**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF nº 031.646.374-46, e, a empresa **SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.179.250/0001-00, com sede e foro Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 1843, Sala 112, Cx. Postal 065, Torre, João Pessoa/PB, CEP: 58.040-380, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, Sr. **ANTONIELSON DE OLIVEIRA SANTANA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.572.665-SSP/PB, CPF sob nº 873.382.204-25, residente e domiciliado à Rua Dr. Antônio Massa, nº 42, Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP: 58.015-410, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, tendo em vista o constante e decidido no Procedimento Administrativo MP Virtual nº 001.2017.010109, em consequência da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 001/2018, nos termos da Lei 10.520, de 17/julho/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 24.649/2003, de 03/12/2003, bem como pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O Contrato tem por objeto a contratação de serviços terceirizado nos gabinetes médico e odontológico do Ministério Público do Estado da Paraíba, 02 (dois) Auxiliares de Saúde Bucal e 01 (um) Técnico em Enfermagem, cidade de João Pessoa/PB, observadas as especificações do Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes deste instrumento contratual, independentemente de transcrição o ato convocatório, o termo de referência e a proposta da contratada.

(Assinatura)

AUTENTICAÇÃO - conforme com o original apresentado - Válido somente com
selo digital. Ou fe
[[Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[[Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[[Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
[[Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/05/2021. Emp: R\$3,27 - FERC: 10%, R\$0,40 -
TSNR(20%) R\$0,73 - PERM(1%) R\$0,04 - FUNSEG(2%)
R\$0,07 - ISS(5%) R\$0,16 - TOTAL: R\$4,69- Selo Digital
nº 0074006 EXC05202102 03751-Cassete Autenticidade
em: www.tpe.jus.br/selodigital



CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - O prazo para execução do objeto do contrato será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogado, após análise da Assessoria Jurídica do **contratante**.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO - O preço mensal do presente contrato é de R\$ 7.758,33 (Sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) e anual de R\$ 93.099,96 (Noventa e três mil, noventa e nove reais e noventa e seis centavos), não se admitindo qualquer reajuste durante o prazo de validade do presente instrumento, exceto os permitidos em lei para manter o equilíbrio financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **contratante** pagará a **contratada** o valor mensal de R\$ 5.673,56 (Cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) e anual de R\$ 68.082,72 (Sessenta e oito mil, oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) para os 02 postos de trabalho de Auxiliar de Saúde Bucal, tendo como valor unitário R\$ 2.836,78.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **contratante** pagará a **contratada** o valor mensal de R\$ 2.084,77 (Dois mil, oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) e anual de R\$ 25.017,24 (Vinte e cinco mil, dezessete reais e vinte e quatro centavos) para o posto de trabalho de Técnico de Enfermagem.

CLAUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER AS DESPESAS - O presente contrato tem como classificação orçamentária: 06101.03.122.5046.4216.00000000287.3390390.10000.

CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado após a emissão da Nota de Empenho, a cada 30 (trinta) dias, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte, a contar da data de início da prestação dos serviços, consoante atestado de realização dos serviços pelo Gestor Contratual, anexando os comprovantes exigidos nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à **contratada** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou fiscal que lhe for imposta por força legal ou contratual, inclusive, em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato do pagamento será verificado a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a Fazenda Federal e Estadual, bem como as obrigações trabalhistas na forma da legislação, e no caso de irregularidade, será notificada para providenciar sua regularidade, sob pena de impossibilitar o efetivo pagamento em face ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado da Paraíba, no caso de falta de regularidade com a Fazenda Estadual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **contratante**, nos termos da Lei Estadual n. 10.725/16, depositará em conta vinculada mensalmente os valores referentes: a. Férias; b. 1/3 constitucional; c. 13º salário; d. multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e. incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário. Os valores depositados na conta vinculada deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa, na forma da legislação e percentuais legais.

20

Selo digital. Dou 14.
[] Bruto da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizado
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021. Emissão: R\$ 3,00 - ESCRITÓRIO: R\$ 0,40 -
TSNR(20%): R\$ 0,73 - FRS(18%): R\$ 0,54 - FUNSEG(2%):
R\$ 0,07 - ISS(5%): R\$ 0,15 - TOTAL: R\$ 4,89 - Selo Digital
nº 0074005 EJC01202102.03733 Consulte Autenticidade em:
www.tjpe.jus.br/selodigital



CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- Cabe ao **contratante**, a seu critério e através da Diretoria Administrativa do Ministério Público, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contrato e do comportamento do pessoal da **contratada**, sem prejuízos da obrigação de esta fiscalizar seus responsáveis, empregados ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **contratada** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **contratante**, inclusive com a apresentação da documentação que lhe for solicitada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A existência e a atuação da Fiscalização do **contratante** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **contratada**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências próximas e remotas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços integrantes do conjunto objeto deste Contrato serão fiscalizadas e recebidas de acordo com os arts. 67, 68, 69 e 76 da Lei n. 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - O **contratante** responsabilizará a **contratada** por prejuízos sofridos por omissão dos deveres na prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de constatado a responsabilidade do fato danoso à administração pública, seja patrimonial ou predial, após apuração, será facultada a **contratada** a restituição patrimonial do bem, ou no caso da não restituição, fica o **contratante** na faculdade de proceder os devidos desconto dos valores apurados dos danos nos eventuais créditos da **contratada**.

PARÁGRAFO SEXTO - A fiscalização deverá proceder mensalmente verificação dos pagamentos devidos de salários, vale transporte (se for o caso) e guias de recolhimento do INSS e FGTS dos empregados e demais verbas trabalhistas obrigatórias e devidas, dentre outras atividades de fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

- A **contratada** será representada como responsável pela execução dos serviços o sócio administrador contratual, que fica autorizado a representá-la perante ao **contratante** e a fiscalização desta em tudo o que disser respeito àquela.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá a **CONTRATADA**:

- 1 - Manter um preposto na relação contratual para representar a **contratada** que responda, integralmente, pela **contratada**, em todos os atos;
- 2 - Fornecer mão de obra conforme exigido no termo de referência, fiscalizando o cumprimento;
- 3 - Assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, bem como as que lhe forem correlatas e as fixadas na Convenção Coletiva, devendo possuir Seguro de Vida e acidentes pessoais para os funcionários que estejam prestando serviços ao MPPB, nos moldes da Convenção, ainda que aqui não expressas, se for o caso;
- 4 - Fornecer fardamento completo exigidos no Termo de Referência e outras não especificadas mas necessária para execução dos serviços, bem como utensílios necessários à perfeita execução dos serviços ora contratados;
- 6 - Apresentar os seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, com fardamento completo, sempre em bom estado de conservação, e devidamente identificados, com uso de crachá e equipamentos de segurança,

consoante a legislação que rege a espécie e o termo de referência;

7 – Executar com pericia os serviços contratados, obedecendo às normas e às especificações contidas no termo de referência do ato convocatório.

8 – Substituir, sempre que exigido pelo **contratante** e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

9 – Executar, diariamente, os serviços, com a carga horária (termo de referência);

10 – Comunicar ao Ministério Público, por escrito, qualquer fato que venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

11 – Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao Ministério Público ou a terceiros, decorrentes de sua culpa;

12 – Além das obrigações contidas neste parágrafo a **contratada** se obriga a executar os serviços de acordo com o detalhamento, descrição e especificação contidas no termo de referência independentemente de transcrição;

13 – Apresentar documento e esclarecimento de questões que envolvam a relação contratual e suas obrigações junto aos seus funcionários e/ou órgãos públicos, quando solicitado pelo **contratante** e no prazo fixado por esta;

14 – A **contratada** obriga-se a efetuar o pagamento dos seus funcionários mediante depósito em conta corrente, bem como, apresentação de contracheque ou outro documento probatório devidamente assinado e comprovante de depósito;

15 – Prestar garantia contratual, mantendo durante toda relação;

16 – A **contratada** deverá apresentar mensalmente, ao Gestor Contratual e Diretoria Financeira, cópias dos recibos de salários, transporte (se for o caso) e guias de recolhimento do INSS e FGTS dos seus empregados, sob pena de retenção de pagamento até que se regulariza a omissão ou o débito, podendo ser aplicado penalidade, após prazo fixado;

17 – Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao CONTRATANTE:

O **contratante** se obriga a:

1 – garantir o acesso a equipe da **contratada** nas dependências e instalações dos locais indicados para prestação dos serviços, com controle necessário de segurança de acesso;

2 – promover através de seu representante, o acompanhamento, a fiscalização dos serviços prestados, anotado em registro próprio as faltas detectadas e comunicadas à **contratada** as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

3 – efetuar o pagamento mensalmente, de acordo com o valor previsto na cláusula terceira, mediante apresentação por parte da **contratada**, da Nota Fiscal dos Serviços Prestados, que deverá vir acompanhada dos documentos exigidos, documentação esta que será conferida e atestada pelo **contratante**.





Autenticado conforme com o original apresentado. Válido somente com o selo digital. Dou fe.
[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cícera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021. Emol. R\$0,27 - FERRC(10%): R\$0,40 -
TSAR(20%): R\$0,73 - FERM(1%) R\$0,04 - FUNSEG(2%)
R\$0,07 - ISS(5%): R\$0,18 - TOTAL: R\$4,68- Selo Digital
nº 0074005.CKA0520210202480 Consulte Autenticidade
em: www.tjpe.jus.br/seloDigital

CLAUSULA OITAVA - DA RESCISAO - O **contratante** poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses dos arts. 78, incisos I a XII e 79, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba à **contratada** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser rescindido na hipótese do não cumprimento por parte da **contratada** do recolhimento dos encargos sociais devidos ao INSS e FGTS, recolhimentos dos tributos pertinente, falta de pagamento dos salários ou irregularidade nos pagamentos, férias e outras obrigações de seus funcionários e/ou trabalhista, além do não fornecimento de vale transporte, se devido, independentemente de aplicação de multa prevista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo inadimplemento pela **contratada** nos pagamentos devidos aos funcionários de salários e demais verbas trabalhista, a **contratada** autoriza a **contratante** a realizar os pagamentos devidos diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas na legislação e/ou contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O presente contrato poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo.

CLAUSULA NONA - DO VINCULO EMPREGATICIO - Os empregados e prepostos da **contratada** não terão qualquer vínculo empregatício com o **contratante**, correndo por conta da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É assegurada ao **contratante** a faculdade de exigir a qualquer tempo, da **contratada**, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrente da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica vedado o acúmulo de férias vencidas, devendo a **contratada** conceder férias aos seus funcionários no momento imediato ao surgimento do direito, exceto quando solicitado adiamento pelo funcionário, condicionado à anuência e fiscalização do **contratante**.

CLAUSULA DECIMA - DO CONTRATO E DA GARANTIA - A **contratada** deverá apresentar ao **contratante**, no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato, mediante a opção por uma das modalidades na Lei Geral de Licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2%(dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5%(cinco por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso superior a 25(vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à **contratada**, até o limite de 5%(cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **contratada**.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia assegurará, dentre outros, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos de diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

PARÁGRAFO QUINTO - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO A repactuação dos preços inicialmente contratados será permitida, adotando-se o percentual de aumento auferido pela categoria profissional por ocasião de seu último dissídio coletivo, desde que seja observado o interregno mínimo de um (1) ano, a contar da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As repactuações serão precedidas de solicitação da **contratada**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

PARÁGRAFO QUARTO - O item "aviso prévio trabalhado" será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato. A variação do aviso prévio instituída pela Lei n. 12.506/2011, a ocorrer após o primeiro ano de contrato, somente será paga ao término da vigência do contrato, a partir do segundo ano.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Rua Siqueira Campos, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (51) 3442-0000

Tabelião Interino - Carlos Alberto Ribeiro de Almeida

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com o selo digital. Dou fé

[] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021. Hora: R\$3,27 - FEEC(10%) - R\$0,40 -
TSNR(20%) - R\$0,12 - FERM(1%) - R\$ (1,04) - FUNSEG(2%) -
R\$ 0,07 - ISR(5%) - R\$ 0,13 - TOTAL - R\$4,89. Selo Digital
nº 0074086.C\A05202102 93754 Consulte Autenticidade em:
www.tpe.jus.br/selodigital



PARÁGRAFO QUINTO - A contratada poderá, a partir da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo presente contrato até a data da prorrogação contratual subsequente, exercer perante o contratante o seu direito à repactuação contratual, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrada a nova convenção ou acordo coletivo da categoria, a contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com encerramento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE - Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, se for o caso, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice INPC do IBGE acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reajuste terá como objetivo a recuperação dos valores inicialmente contratados da defasagem provocada pela inflação, de maneira a manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato, caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento e após negociação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES - Ocorrendo inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como o descumprimento de obrigações a contratada ficará sujeita a penalidades, garantida a prévia defesa em regular Processo Administrativo, a ser conduzido pelo órgão de Administração do contratante, salvo justificativas expressas aceitas pelo contratante, a saber:

1 - advertência, que será aplicada de notificação por meio de ofício mediante contrarrecibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 02 (dois) dias corridos para que a empresa contratada apresente justificativas por não cumprimento de obrigações que não comprometa a regularidade dos serviços;



2 - no caso de reincidência que implique nova advertência, poderá ser aplicada multa no valor de 2% (dois por cento) do valor devido no mês;

3 - a administração poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) à 10% (dez por cento) do valor devido no mês a **contratada** nos casos de falta de regularidade fiscal, tributária e trabalhista, pagamentos irregulares, desde que comprovada a irregularidade e que não seja sanada em 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação;

4 - multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato anual, por inexecução parcial ou de até 40% (quarenta por cento) do valor do contrato anual por inexecução total ou rescisão por culpa da **contratada**, que terá caráter disciplinador do processo de licitação, cujo não pagamento poderá ensejar cobrança judicial e impedimento para contratar com a Administração pelo período de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5 - as sanções previstas no item 1 desta e no parágrafo segundo desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do item 2, facultada defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias;

6 - demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à **contratada**, ou cobrados pela via administrativa, ou, ainda, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, devendo ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação e na forma da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a administração Pública Estadual e o Ministério Público do Estado da Paraíba pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade à vencedora, ora contratado, que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e/ou descumprir obrigações durante o prazo de garantia.

CLÁUSULA DECIMA-QUARTA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão solucionados segundo os princípios jurídicos aplicáveis, não acarretando qualquer efeito impeditivo da aplicação das regras cabíveis.

CLÁUSULA DECIMA-QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE - São prerrogativas do **contratante** as previstas no art. 58 da Lei n. 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA DECIMA-SEXTA - DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Rua Siqueira Campos, 103 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (81) 3035-0000

Tabuleiro Interino - Carlos Alberto Ribeiro Reis

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente

selo digital. Dos fe:

[] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto

[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizada

[] Cleora Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada

[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizada

Recife: 04/06/2021. Emitt: R\$3,27 - EERC: 10,00 - R\$0,40 -

TSNR(20%): R\$0,73 - FERM(1%): R\$ 0,04 - FUNSEC(2%):

R\$ 0,07 - ISS (6%): R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,89 - Selo Digital

nº 0074005-8710520210203757 Consulte Autenticidade em

www.tjpe.jus.br/selodigital



CLAUSULA DECIMA SETIMA - DAS DESPESAS DO CONTRATO - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

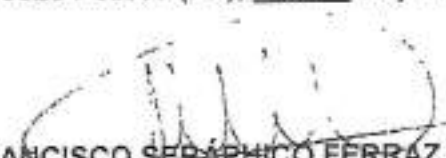
CLAUSULA DECIMA OITAVA - DOS ACRESCIMOS E/OU SUPRESSÕES - A contratada se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO GESTOR - Caberá à Diretoria Administrativa do Ministério Público do Estado da Paraíba, gerir o presente instrumento zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais, devendo, caso necessário, adotar as medidas administrativas cabíveis, bem como evitar solução de continuidade da relação contratual, se necessário.

CLAUSULA VIGESIMA DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

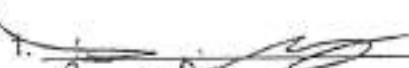

E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

João Pessoa (PB), 19 de junho de 2018.


FRANCISCO SERAPHICO FERRAZ DA NÓBREGA FILHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA-PGJ
CONTRATANTE


ANTONIELSON DE OLIVEIRA SANTANA
SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI-ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. 
2. 

CPF: 780.185.194-09

CPF: 154.243.674-53

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO

Rua Siqueira Campos, 100 - Santa Amélia - Recife - PE - Fone: (81) 3035-1000

Tabellão Interino - Carlos Alberto Ribeiro Ramos

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valida até 30/06/2019.

seio digital. Dou fe

[] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto

[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado

[] Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada

[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado

Recife: 04/06/2021. Epec: R\$0,27 - FERC (10%): R\$0,40 -

TSNR (20%): R\$0,73 - FERN (1%): R\$ 0,04 - FURSEG (2%):

R\$ 0,07 - ISS (6%): R\$ 0,16 - TOTAT: R\$4,69 - Selo Digital

Nº 0074005-55805292102-02431 Consultar Autenticidade

em: www.tpe.us.br/selodigital

